



PSD p.6

As políticas para o sucesso dos alunos entre 2011 a 2015



PSD p.13

“A escola Sócrates voltou”

POVO LIVRE



n.º 1956

15 de fevereiro de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

UM GOVERNO DE INTENÇÕES



O presidente do PSD encerrou o “Congresso da Coesão Territorial da JSD”



Envolver todo o país no debate sobre a eutanásia

“Não é uma matéria simples” e, no final, em consciência, “não podemos deixar de nos incomodar e tomar posição e não podemos, também, não decidir para ser simpáticos e não incomodar”. O PSD terá, por isso, uma posição oficial sobre o tema da eutanásia, mas será dada aos deputados liberdade de voto quando existirem iniciativas legislativas. Esta foi a mensagem de Pedro Passos Coelho, no debate intitulado “Eutanásia/Suicídio assistido: dúvidas éticas, médicas e jurídicas”, organizado pelo PSD, quinta-feira, 9 de fevereiro, no parlamento.

Pedro Passos Coelho acentuou a importância de um debate profundo sobre esta matéria, sublinhando que ninguém se pode sentir mandatado “pelo Partido ou pelos eleitores” para uma decisão antes desta discussão, mas deixou um alerta.

“No final, em consciência, não podemos deixar de nos incomodar e tomar posição, não podemos deixar andar, não podemos não decidir para ser simpáticos e não incomodar”, defendeu, salientando que as questões da consciência “não podem servir para esconder” o que se pensa.

“Teremos de decidir, com dúvidas devemos decidir de forma prudente, aqueles que tiverem mais convicção não podem deixar de partilhar os fundamentos com os outros”, acrescentou.

Lembrando que o PSD sempre deu e continuará a dar liberdade de voto em matérias de consciência, o líder social-democrata assumiu que ele próprio já fez uma reflexão sobre o assunto e, depois de ouvir os argumentos que forem sendo apresentados, não deixará de a expressar publicamente.

“Não deixarei de, a tempo, deixar bem claro perante todo o público político e social aquela que é a minha firme convicção nesta matéria, por mais dúvidas que esta convicção possa transportar”, disse.

Pedro Passos Coelho classificou este assunto como sendo “da maior sensibilidade e importância”, por se



inserir no núcleo dos direitos fundamentais e na conceção de cada um sobre a vida e a morte.

“É um tema que não pode ser abordado de forma ligeira, ocasional. É um debate que exige profundidade, ponderação e um escrúpulo imenso em afastar o que são as visões mais demagógicas ou simplesmente mais precipitadas que muitas vezes debates desta natureza acabam por concitar”, disse.

Para o líder do PSD, os decisores legislativos devem recusar-se a tomar uma decisão sobre esta matéria “sem

envolver todo o país nesse debate”.

“Não creio que nenhum de nós se sinta particularmente mandatado, nem pelo seu partido nem pelos eleitores, para decidir antecipadamente de uma forma ou outra”, afirmou, apelando a que a sociedade civil se mobilize para este debate.

Com este primeiro debate, explicou, o objetivo é que, com todas as dúvidas que venham a surgir, os deputados do PSD possam “não decidir com ligeireza mas com tanta convicção quanto possível”.



Para Passos Coelho, o debate sobre a eutanásia não é “um debate ideológico nos termos tradicionais”, dizendo acreditar que na generalidade dos partidos existam pessoas com diferentes posições.

“A eutanásia que, para uns se trata de suicídio assistido para outros morte/homicídio a pedido - e provavelmente será as duas coisas - suscita dúvidas sérias do ponto de vista ético, jurídico e médico”, afirmou.

PSD pede a partidos para não acelerarem decisão

O líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, pediu a todos os partidos para não acelerarem uma decisão sobre a eutanásia e disse que o partido admite todos os cenários, incluindo o do referendo. No encerramento do colóquio organizado, Luís Montenegro aproveitou para

enviar uma mensagem a todos os deputados e grupos parlamentares.

“Não devemos acelerar e precipitar uma decisão sobre esta matéria e não devemos excluir nenhuma decisão: a decisão de legislar despenalizando, a decisão de legislar agravando a penalização, a decisão de não fazer nada, a decisão de submeter a uma consulta pública. A nossa posição é de abertura total, nós não excluímos nenhuma possibilidade”, afirmou.

Luís Montenegro assegurou que o PSD não se irá precipitar com uma posição. “Quisemos iniciar uma discussão, que não se esgota neste colóquio, nem no parlamento”, afirmou, considerado que uma decisão “informada e esclarecida” exige tempo e mobilização.

O líder parlamentar do PSD voltou a sublinhar que cada deputado social-democrata terá liberdade de voto, mas salientou que nenhum partido colocou a despenalização da eutanásia na discussão na última campanha eleitoral.

Luís Montenegro salientou ainda que, apesar de decidir em consciência, cada deputado “não representa a vontade individual mas de quem representa”.

“Se não colocámos a questão previamente nos programas eleitorais temos obrigação de decidir com uma ponderação ainda maior”, defendeu.

No último painel do colóquio, constituído por três médicos, todos se manifestaram contra a despenalização da eutanásia e defenderam uma melhoria dos cuidados paliativos.

O presidente da Associação Portuguesa de Bioética, Rui Nunes, desafiou os deputados do PSD a proporem um referendo nesta matéria, considerando que se trata de uma grande alteração na política pública que não pode estar dependente de uma maioria conjuntural na Assembleia da República.

Já o professor e diretor de Cuidados Paliativos do Hospital de Santa Maria Luís Marques da Costa alertou que, muitas vezes, os doentes, mesmo em estado terminal, mudam de vontade ao longo do tempo, avisando que perderão a confiança no sistema de saúde se a eutanásia for introduzida como uma opção médica.

Ao longo da manhã de dia 9 de fevereiro, foram vários os deputados do PSD que colocaram questões nos diferentes painéis, alguns manifestando-se contra, outros dizendo ter dúvidas, mas não houve qualquer parlamentar social-democrata a manifestar-se a favor da despenalização da eutanásia.

O colóquio organizado pelo grupo parlamentar PSD sobre eutanásia juntou na Assembleia da República médicos, constitucionalistas e peticionários contra e a favor da despenalização da eutanásia.



Encerramento do “Congresso da Coesão Territorial da JSD”

Um Governo de intenções

No encerramento do “Congresso da Coesão Territorial – O futuro dos territórios”, organizado pela Juventude Social Democrata (JSD), dia 12, na Guarda, o presidente do PSD insistiu que é necessário alcançar um crescimento de qualidade. “Todos temos interesse em ver a nossa economia e sociedade crescer. Só podemos distribuir o que conseguimos criar, e aqui aplica-se a ideia do crescimento inclusivo. Não nos interessa apenas crescer, queremos qualidade de crescimento”, afirmou Pedro Passos Coelho, sublinhando que só assim se combatem as assimetrias e desigualdades na distribuição da riqueza e no acesso à educação, à saúde e ao financiamento. “A coesão territorial é uma peça importante do que podemos considerar o crescimento inclusivo”, disse.

É necessário que a economia cresça, porque está a crescer menos do que em 2015. O líder da oposição defendeu que “precisamos que o crescimento tenha uma determinada qualidade, que nos permita ter mais equilíbrio no território, mais equitativo nos rendimentos e mais acessível em oportunidades. Isso depende das políticas públicas e da força das organizações e das intuições”.

Para tal, é preciso ir além do papel do Estado. Este tem um papel muito importante para poder corrigir os níveis de desigualdades mas precisamos de ter uma sociedade civil com consciência económica e social para se combaterem as desigualdades que temos. “É errado pensar que só o Estado pode contrariar os resultados”, afirmou Pedro Passos Coelho.

“É necessária uma reflexão. Temos de investir o suficiente para que as pessoas possam escolher onde querem viver. Foram realizados muitos dos investimentos em anos anteriores e os resultados que obtivemos deixam-nos surpreendidos porque as assimetrias deviam ter-se esbatido à medida que fomos construindo meios de acessibilidade e acesso à educação e saúde, mas ficam aquém do que esperaríamos. Os investimentos foram feitos mas os resultados não foram os esperados”,



explicou o líder social-democrata.

Se os investimentos foram concretizados, é preciso ir além da infraestrutura. É necessário apostar na qualificação, inovação, iniciativa, e capacidade de aceder ao financiamento para trazer emprego, empresas e investimento. É preciso ter pessoas que usufruam do que se fez.

O Governo começou por dizer que ia desconcentrar uma série de funções e serviços. Depois anunciou que proponha que fossem os autarcas a eleger para as CCDR, o que faz pouco sentido visto que a tutela é da adminis-

tração central. Mas o governo recuou porque os serviços de administração central terão levantado resistências. “Ora, se há muitas resistências, não se mexe em nada. É esta a noção que eles têm”, acusou o líder da oposição.

O PSD tem um conceito preciso. Acredita na descentralização e os municípios são a base dessa estratégia. Os municípios sabem como se devem organizar melhor para responder aos problemas na saúde, educação, cultura, gestão das florestas, da orla costeira. Sabem como fazer a gestão de instrumentos que ajudam à atração de investimento para gerar novo emprego e rendimento.

O atual Executivo ainda não descentralizou uma competência. “Ainda não apresentaram um projeto. Têm andado em discussão com a Associação Nacional de Municípios, com a qual fizeram anteprojetos. A Associação Nacional de Municípios já disse que é importante avançar com a descentralização. Porém, tudo o que foi discutido com o Governo não passou das intenções gerais, não discutem o detalhe financeiro, as competências e atribuições. Ao fim que quase um ano e meio ainda não fizeram nada”, acusou o líder do PSD.

O Conselho de Ministros desta semana vai aprovar medidas que seguirão para o Parlamento. “Os municípios se quiserem depois que assinem o acordo. É como fizeram no salário mínimo nacional. Não contam com o nosso voto para proceder desta maneira”, assegurou.

O PSD já apresentou medidas para a descentralização aquando da discussão do OE, que foram rejeitadas. Depois disso, já apresentou um projeto de lei e três projetos de resolução que espera que sejam discutidos de forma séria e espera que o Governo não faça uma simulação de discurso e negociação.

“Nós fizemos acordos e contratos com vários municípios em que passamos competências e o pacote financeiro de uma forma que as pessoas estejam mais seguras do resultado. Reforça-se assim a confiança. O Governo pode e deve aprofundar este caminho, porque ajuda a gerar confiança para a descentralização. Estamos à espera de fazer uma discussão no parlamento e veremos quem é que acusa o PSD de nunca estar disponível para o diálogo e postura construtiva que ajude o país a crescer”, disse.

Políticas do atual Governo agravam desigualdades

Estamos a assistir a vários retrocessos do caminho que vínhamos fazendo desde 2011. Há vários retrocessos. Um bom exemplo é o abandono escolar precoce.

“Um ano de política educativa de reversão foi o suficiente para por mais gente fora da escola, mais cedo e antes do tempo. Precisávamos de ter um modelo de desenvolvimento de altos salários, mas cada vez são mais os trabalhadores a tempo inteiro que recebem o salário mínimo nacional”, acusou Pedro Passos Coelho.

Em 2014, eram 400 mil as pessoas que ganhavam o salário mínimo nacional, pelo que a estimativa demonstra que no fim de 2016 sejam quase um milhão. “Vejam o cinismo e hipocrisia da crítica que nos fizeram no passado, que eramos nós que fomentávamos um modelo económico de baixo salário. O Governo deveria fazer um reexame das suas políticas, porque as desigualdades estão a ser agravadas”, desafiou.

O Governo está a apontar para um processo que resolva a precariedade nos serviços públicos. “O que querem? Pôr os precários nos quadros do Estado. E qual é a estratégia em termos de reforma do Estado? O que queremos que o Estado faça, que sejam as suas funções? Onde está a ideia de reforma do Estado do Governo e da maioria que o apoia. Já não é precisa a reforma do Estado que tanto falavam no meu tempo?”, questionou o líder da oposição.

“Não se conhece deste Governo uma ideia sobre a reforma do Estado”, assinalou.

São precisas leis laborais que protejam quem está mais exposto

Passos Coelho falou ainda de coesão territorial e da necessidade de ser feita uma reforma do Estado com base numa “abordagem global” e não de “forma casuística”, observando que “deste Governo não se conhece nenhuma ideia sobre reforma do Estado”.

Uma política de coesão territorial deve atrair investimento, premiar o mérito e facilitar a mobilidade. Os modelos que foram seguidos durante muitos anos por promoção de aquisição de casa própria revelaram-se



um erro, porque quem tenha de ir à procura de uma oportunidade tem de suportar os custos do sítio.

Não se deve “apostar nestas políticas porque o importante é gerar um mercado de arrendamento. As pessoas mudam-se em função das oportunidades. Elas deslocar-se-ão para onde há oportunidades se não estiverem agarradas ao sítio onde estavam antes”, defendeu Pedro Passos Coelho.

Se queremos ter mais mobilidade devemos defender modelos mais flexíveis. “Reparem no que se passa no emprego dos jovens. Continuamos a formar para profissões que estão a desaparecer. Se queremos responder aos novos tempos, temos de nos saber ajustar com mais facilidade. Os jovens estão mais próximos de se ajustarem às dificuldades mas os que já estão no mercado não deixam que as regras se possa flexibilizar”, acusou o presidente do PSD.

Os investidores e os jovens não estão representados na concertação social, pelo que é necessário criar espaço para a flexibilidade nas estruturas que temos. São precisas leis laborais que protejam quem hoje não tem proteção nenhuma.

“Temos de criar nas regiões condições para os que estão fora do radar dos investidores. Voltar a agenda da baixa densidade é importante porque as soluções não podem ser as mesmas”, especificou.

Álvaro Amaro defende pacto pela coesão do território



O presidente dos Autarcas Social Democratas (ASD) e da Câmara Municipal da Guarda defendeu a criação de um pacto pela coesão do território, para acabar com as discrepâncias entre o litoral e o interior do país. “Se há pacto político que se exige hoje aos políticos em Portu-

gal, é o pacto pela coesão do território, é o pacto pelo equilíbrio do território, é o pacto para que nós possamos olhar o país como um todo”, afirmou Álvaro Amaro.

Na sua intervenção, o presidente dos ASD, que se vai recandidatar a um segundo mandato, disse que “os diagnósticos estão todos feitos” e que a aplicação de políticas de coesão territorial “já lá não vai com paninhos quentes”.

Defendeu o “efeito choque” que é necessário causar para que os políticos desenhem “um verdadeiro pacto de três medidas, ou de quatro ou de cinco, e não se 164 para a coesão do país”.

Álvaro Amaro referiu que a temática da coesão territorial “é uma causa nacional, é um problema do país, não é um problema da Guarda, de Vila Real, de Beja ou de Portalegre”.

“E se é um problema do país, então os políticos têm que o resolver. E vamos ser francos, não temos conseguido resolvê-lo e já não temos muito mais tempo”, observou, defendendo a aplicação de “políticas públicas ativas fortemente ativas”.

Lembrou que na época do rei Dom Sancho I, fundador da Guarda, que ficou conhecido como “o povoador”, não terão sido feitas contas ao povoamento e que na atualidade não se estão a fazer contas ao despovoamento do território do interior do país, mas admitiu que a conta será “muito cara”.

Assim, defendeu a aplicação de três medidas públicas que ajudariam a corrigir as assimetrias entre litoral e interior: incentivar os jovens do ensino superior a estudar nas instituições do interior, “coragem política” para o IRC ser progressivo e a descentralização do Estado.

Álvaro Amaro deu ainda conta da sua preocupação por, no âmbito da revisão da carta educativa da Guarda, o especialista que está a elaborar o documento referir que “em 15 anos, o distrito da Guarda perdeu 30 mil pessoas”.

O documento aponta ainda que, no ano de 2031 poderão existir no concelho da Guarda “menos 2.200 crianças e jovens em idade escolar do que em 2011”.

“Em 20 anos, e cinco já passaram, por isso nos próximos 15 anos, este concelho do arco do interior, se nada for feito, pode perder 35% da sua população em idade escolar”, rematou, dizendo que ficou “impressionado” com a previsão.

Como vai ser candidato à Câmara Municipal e disse esperar ser reeleito, advertiu: “Eu não me resigno a isto. Eu não serei presidente da Câmara da Guarda, em quatro anos, a assistir passivamente a este declínio”.

O “Congresso da Coesão Territorial - O futuro dos territórios”, organizado pela Juventude Social Democrata, juntou mais de 300 participantes de todo o país.

As políticas para o sucesso dos alunos entre 2011 a 2015



Os resultados do PISA, desde 2000, mostram uma evolução progressivamente positiva do desempenho dos alunos portugueses. Mas foi na última edição que esses progressos mais se verificaram.

O que aconteceu entre 2011 e 2015?

O governo anterior promoveu um reforço dos currículos escolares, sobretudo nas matérias fundamentais, como Português, Matemática, Ciências e Inglês. Neste último caso, uma das medidas mais relevantes foi a introdução do exame obrigatório de Inglês para os alunos do 9.º ano, uma disciplina que ganhou protagonismo no 1.º ciclo, passando a vigorar nos programas a partir do 3.º ano.

Com programas e novas metas curriculares mais ambiciosas, o progresso dos alunos passou a ser aferido pela aquisição de conhecimentos. O sistema de avaliação acompanhou o grau de exigência acrescido. Foram implementadas as provas finais nos 4.º e 6.º anos de escolaridade.

Para promover o sucesso escolar de todos – e defendendo a diferenciação de percursos –, foram criados cursos vocacionais, uma experiência piloto que envolveu 13 escolas e 280 alunos. O sistema – que chegou a ter mais de 25 mil alunos – abrangia os estudantes a partir dos 13 anos, que tivessem chumbado duas vezes no mesmo ciclo de escolaridade ou três em ciclos distintos. Previa, ainda, que os alunos pudessem reingressar na via normal, num curso profissional ou vocacional, no secundário, tornando-se uma medida muito relevante no combate ao abandono e na inclusão de jovens em risco.

Foi concretizado o alargamento da escolaridade obrigatória aos 12 anos escolares ou 18 anos de idade.

Por outro lado, promoveu-se a estabilização da profissão de docente. Foi aumentada a duração dos cursos para o ensino básico. E instituiu-se a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades dos professores contratados (PACC).

Foram vinculados aos quadros do ministério da Educação mais de 4200 professores. Às escolas, foram atribuídos mais de 2800 contratos para assistentes operacionais, além de um aumento do número de psicólogos e de outros técnicos. A falta de professores e funcionários é um dos resultados mais gritantes da política da atual maioria parlamentar que, em ano e meio, reverteu muitas das medidas do então ministro Nuno Crato.

Com o anterior governo, criaram-se mais unidades de apoio especializado e centros de recursos para a inclusão. Para o ensino artístico, houve um reforço de verbas na ordem dos 16 milhões de euros.

Dar mais autonomia às escolas foi um dos objetivos do anterior governo, o que motivou o projeto-piloto “Aproximar”, um programa de descentralização de competências nas autarquias, a que aderiram 13 municípios.

Para reforçar a preparação escolar e a coesão social, foi estabelecida a universalidade do ensino pré-escolar para crianças de quatro anos e determinada uma calendarização para que a medida fosse estendida aos três anos.

No pilar da coesão social, importa recordar que o governo PSD/CDS-PP aumentou em 4,2% o investimento na ação social escolar. E subiu, por três vezes, a participação dos manuais escolares e dos materiais, tendo ainda criado uma bolsa de livros para os alunos mais carenciados. O desempenho dos alunos de contextos mais desfavorecidos é um dos pontos avaliados pelo PISA. Neste indicador, Portugal também ficou acima da média da OCDE, em 2015.

No que aos equipamentos e infraestruturas diz respeito, foi prosseguido o programa de requalificação de escolas secundárias pela Parque Escolar, a par de uma maior contenção de custos e da redução das rendas pagas pelas escolas.

O que o PSD propõe

No âmbito da discussão sobre o Programa Nacional de Reformas, o PSD propôs ao Governo um conjunto de 222 medidas concentradas em sete pilares fundamentais para trazer mais desenvolvimento e assegurar mais progresso social ao país.

No que à qualificação dos portugueses diz respeito, os social-democratas propuseram medidas como a concretização da rede pré-escolar para crianças a partir de quatro anos e o seu alargamento aos três anos, promovendo mesmo o apoio às autarquias para que estes objetivos fossem alcançados.

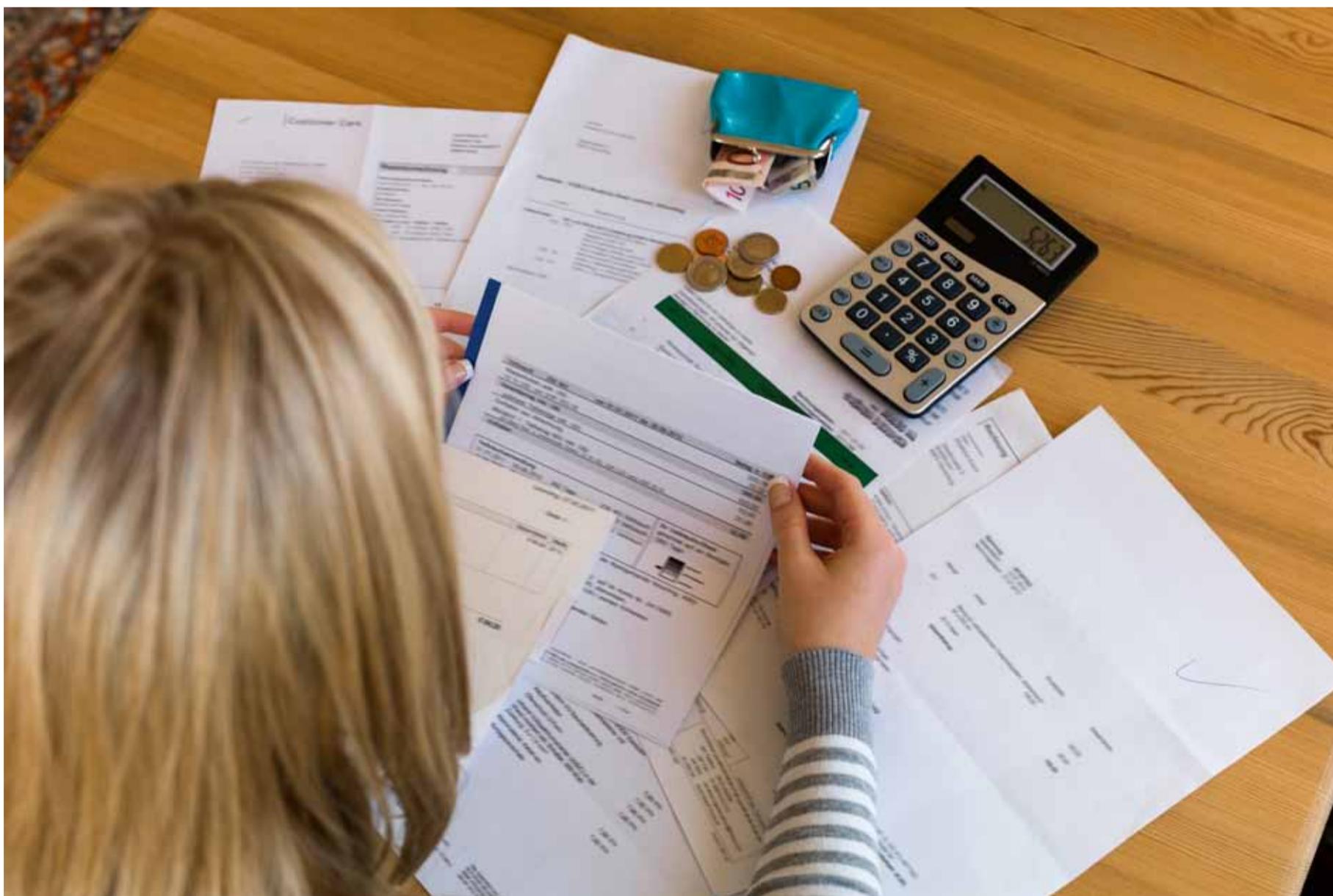
Para assegurar o sucesso de todos os alunos, o PSD propôs ao Governo que criasse oportunidades de recuperação para aqueles com maiores dificuldades no final dos ciclos do ensino básico, por via do restabelecimento do período de acompanhamento extraordinário nos 1.º e 2.º ciclos.

Para o PSD, seria fundamental prolongar a experiência do programa “Aproximar”, iniciativa que o Governo de António Costa encerrou.

Também a redução do número de alunos por turma foi visada nas propostas do grupo parlamentar do PSD.

A formação contínua de professores foi outra medida apresentada pelos social-democratas, com especial atenção aos docentes da educação especial.

Desemprego abrandou, mas criação de emprego caiu



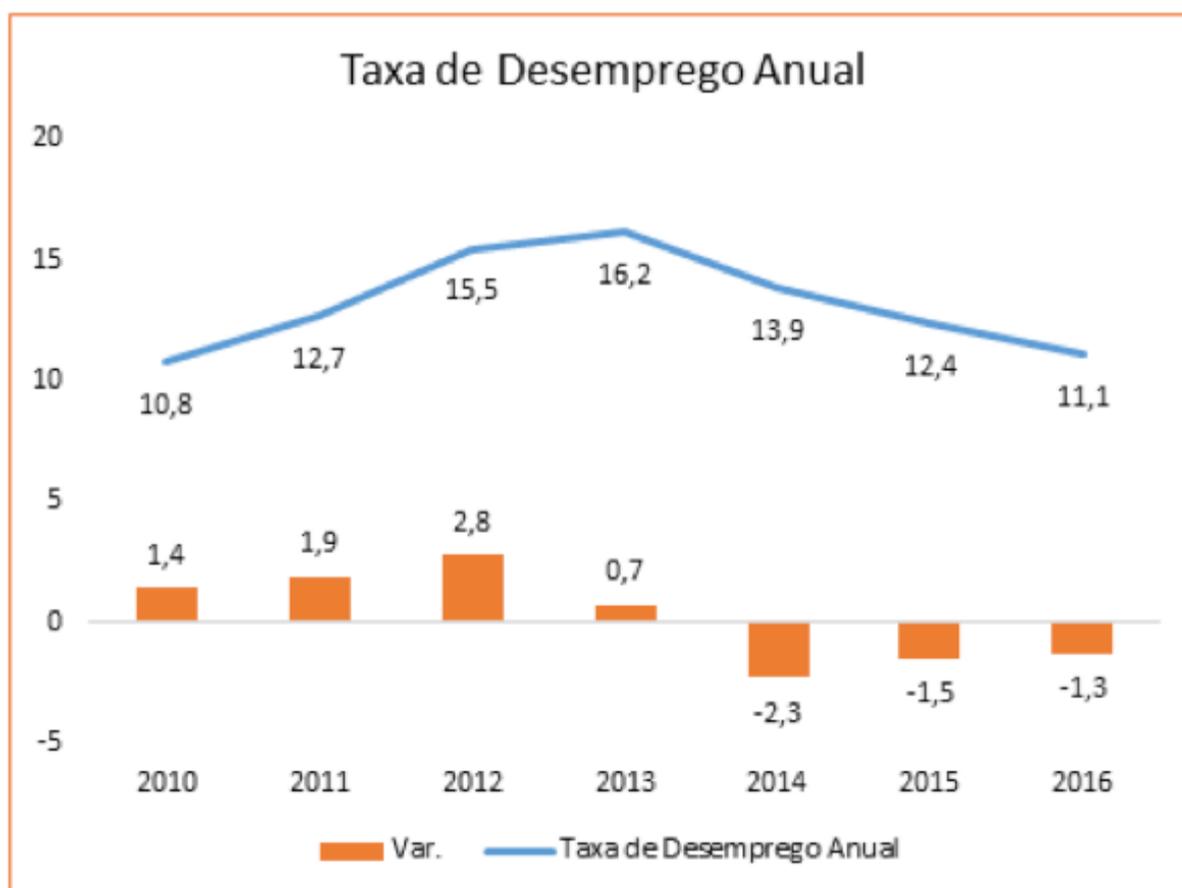
A taxa de desemprego média situou-se nos 11,1% em 2016, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE). Houve um abrandamento face a 2015, revelando menos emprego criado. Fica, assim, confirmado que o desemprego continua a recuar, mas a um ritmo inferior ao conseguido por Portugal nos últimos anos. Existem, ainda, indícios de que o mercado de trabalho se deteriorou, nomeadamente no último trimestre de 2016.

A queda do desemprego, em 2016, ficou, no essencial, confinada ao segundo trimestre. Ou seja, os dados indicam que o desemprego caiu graças ao turismo, não estando relacionado com a política económica do Governo. Na verdade, a queda do desemprego concentrou-se, essencialmente, nos primeiros seis meses do ano, sendo que na segunda metade de 2016 apenas recuou em cerca de 16 mil postos de trabalho.

A criação de emprego também desacelerou face a 2015. Entre o quarto trimestre de 2015 e o período homólogo de 2016, foram criados cerca de 75 mil empregos. Mas, já no último trimestre do ano passado e face ao precedente, foram destruídos 17 mil postos de trabalho.

Primeiro-ministro mente sobre desemprego

No debate quinzenal de dia 8, o primeiro-ministro afirmou que existem, atualmente, menos 100 mil desempregados do que no ano passado. Os números desmentem António Costa. Há hoje menos 73,5 mil desempregados do que em 2015; em 2015, havia menos



79,5 mil desempregados em comparação com 2014.

Confirma-se a tendência expressa com mais intensi-

dade no último trimestre do ano: a redução do número de desempregados em valor absoluto, tal como a taxa de desemprego, abrandaram.



Governo desistiu de inovar na indústria

O Governo apresentou, esta semana, as medidas no âmbito da “Indústria 4.0 – Economia”. Importa, agora, perguntar: são medidas verdadeiramente inovadoras ou terão sido trabalhadas pelo anterior Governo PSD/CDS?

Não há dúvida de que as medidas agora apresentadas, foram definidas pelo Governo PSD/CDS, o que mostra, uma vez mais, que o executivo está esgotado na sua ação, criatividade e inovação. Falta algo à estratégia atual, decisivo e coerente: reduzir os custos de contexto e criar um ambiente fiscal mais amigo do emprego, da competitividade, da força do negócio português.

O fomento industrial e a reindustrialização estiveram sempre entre os principais objetivos do Governo liderado pelo PSD, a passo com o desagravamento fiscal em sede de IRC. Mas, veja-se o Acordo de Parceria celebrado com a Comissão Europeia em Julho de 2014, onde foram identificados os domínios temáticos e as áreas a apoiar por fundos comunitários. Aí estabeleceu-se como fundamental pôr em prática uma estratégia destinada a promover a reindustrialização, centrada na competitividade e na valorização da produção nacional, ao longo da cadeia de valor para o reforço das exportações, prossequindo o objetivo de modernizar e dinamizar a indústria, reforçando a competitividade e a capacidade de diferenciação.

Alguns exemplos de medidas desenvolvidas pelo Governo PSD/CDS, agora imitadas (com nova roupagem, claro!) pelo atual Governo: política de vistos dirigida aos trabalhadores mais qualificados” (I 4.0) / “Regime especial de vistos, residência para “start-ups” assentes em conhecimento intensivo baseadas em Portugal, estimulando a fixação de talento e focalizando incentivos

em projetos empreendedores com vocação internacional e forte dinâmica de crescimento” (Estratégia de Fomento 2014-2020); criação de oferta formativa em i4.0 nos Institutos e Escolas Superiores Politécnicas (I 4.0)/“Estimular a inovação na indústria, através de uma forte ligação das empresas às instituições de ensino superior, laboratórios e centros de investigação e tecnologia” (Estratégia de Fomento 2014-2020); “Requalificação e integração profissional” (I 4.0) / “Contribuir para a formação de trabalhadores qualificados necessários à indústria, através da participação na definição da oferta de ensino dual e formação profissional” (Estratégia de Fomento 2014-2020); “Requalificação e integração profissional” (I 4.0) / “Particular preocupação em contemplar o turismo nos seguintes eixos: Financiamento, Promoção do Investimento, Internacionalização, Inovação e Empreendedorismo, Competitividade Fiscal e Consolidação e Revitalização do Tecido Empresarial” (Estratégia de Fomento 2014-2020).

Tal desígnio foi, posteriormente, vertido no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização cuja programação foi ancorada nas grandes orientações políticas estratégicas nacionais patentes quer na “Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e Emprego 2014-2020”, quer no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) no que concerne à melhoria da conectividade internacional e da mobilidade de pessoas e bens em todo o território, quer na “Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente”.

Mais concretamente, no domínio da reindustrialização, o Governo do PSD tinha por objetivo modernizar e

dinamizar a indústria nacional, reforçando a sua competitividade e capacidade de diferenciação no mercado global (elevando o peso da indústria transformadora na economia para 15% em 2015 e tendencialmente para mais de 18% em 2020).

Mas podemos ainda ir mais fundo. Quando o Governo agora vem defender a necessidade de uma política de vistos dirigida aos trabalhadores mais qualificados, o Governo liderado pelo PSD defendia em 2014 a existência de um regime especial de vistos, residência para start-ups assentes em conhecimento intensivo baseadas em Portugal, estimulando a fixação de talento e focalizando incentivos em projetos empreendedores com vocação internacional e forte dinâmica de crescimento.

Quanto à formação de recursos humanos, o Governo da Geringonça está agora muito preocupado com a criação de oferta formativa em i4.0 nos institutos e escolas superiores politécnicas. Também aqui, nada de novo. O Governo do PSD, em 2014, já estimulava a inovação na indústria, através de uma forte ligação das empresas às instituições de ensino superior, laboratórios e centros de investigação e tecnologia.

Ainda neste domínio, vem agora o Governo PS advogar a requalificação e integração profissional. Pois, já em 2014, o nosso Governo defendia a importância de contribuir-se para a formação de trabalhadores qualificados necessários à indústria, através da participação na definição da oferta de ensino dual e formação profissional.

Em suma, o país já nada tem a esperar de novo ou de inovador do Governo da geringonça.

António Costa e a saga do aumento de impostos

Mas, afinal, onde está o desagravamento fiscal prometido pelo atual Executivo e pela maioria de esquerda? A promessa foi feita, mas o Governo não pára de sufocar os portugueses com impostos.

O mais recente exemplo de agravamento fiscal foi divulgado pela Associação Automóvel de Portugal (ACAP) que informou que o setor automóvel, em Portugal, permitiu arrecadar 9.271 mil milhões de euros em receitas fiscais, no ano anterior.

O peso da venda de automóveis nas receitas fiscais do país, entre impostos sobre os veículos e sobre os combustíveis, atingiu no ano passado 21,6% dos 43 mil milhões de euros das receitas estatais

De acordo com o secretário-geral da ACAP, Hélder Pedro, houve “enorme” agravamento fiscal. Ao analisar cada boletim económico ou documento estatístico oficial, a conclusão é evidente: o Governo de António Costa está a impor um autêntico garrote fiscal às famílias e às empresas.

Dados da ACAP revelam que a maior fatia do volume de receitas estatais, em 2016, teve origem no IVA de veículos, com um total de 3.446 mil milhões de euros. O Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP) representou 3.259 mil milhões de euros, logo seguido do IVA dos combustíveis (1.246 mil milhões de euros) e do Imposto Sobre Veículos (ISV) que representou 672 mil milhões de euros em 2016. O Imposto Único de Circulação (IUC) gerou receitas de 310 milhões de euros para o Estado central, ao passo que o IUC foi responsável por render 244 milhões de euros para as autarquias.



A “reposição de rendimentos a todos os portugueses”, tal como o próprio Governo o afirmou, parece ser sinónimo, na verdade, de aumentos. A relembrar:

- no preço dos transportes, encarecendo os passes intermodais e bilhetes em 1,5%;
- na renda de casa, em 0,54%;
- na electricidade, em 1,2% para quem está no mercado regulado;
- no Imposto sobre Veículos, em 3,2%, e no Imposto

Único de Circulação, em 0,8%;

- no Imposto Sobre Produtos Petrolíferos, em dois cêntimos no gasóleo;
- nas portagens, incluindo nas pontes 25 de Abril e Vasco da Gama. Foram contempladas 220 com um aumento de, em média, 0,86%;
- no preço das bebidas alcoólicas;
- no IMI, em 0,7% para quem tiver uma casa com Valor Patrimonial Tributário entre os 600 mil e um milhão de euros.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



Conferências de Imprensa, Transmissões em direto, Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História, Iniciativas

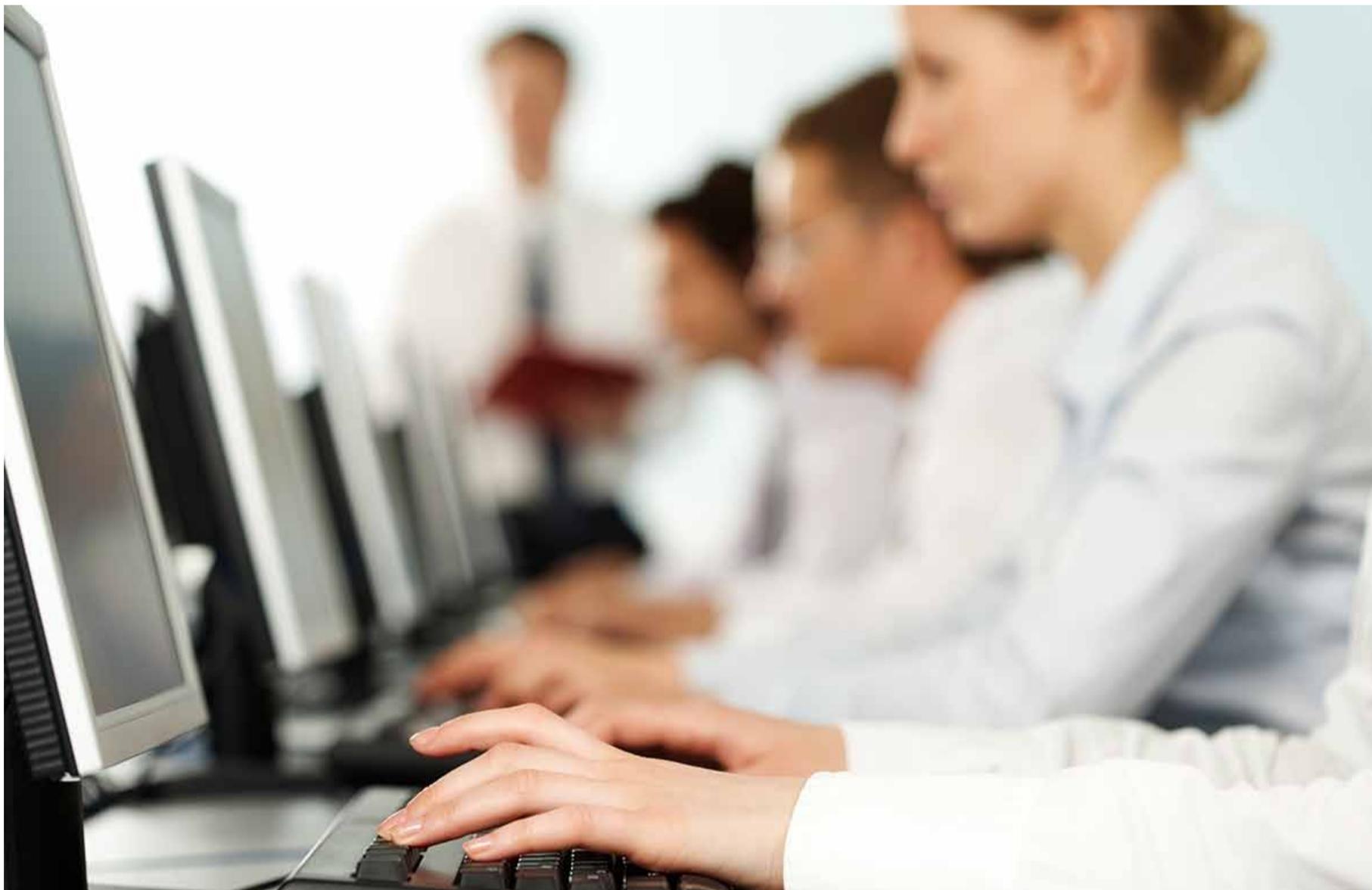


O dia-a-dia da atividade do PSD



Noticiário semanal todas as sextas-feiras

Governo PS aumenta precários no Estado



Depois de ter reposto as 35 horas de trabalho semanal, o Governo falhou em dar resposta ao problema criado: o trabalho não se reduziu, pelo que os serviços públicos (como escolas e hospitais) mantiveram as mesmas necessidades de pessoal.

O governo do PS, apoiado pelas esquerdas radicais, apresentou como solução o recurso ao trabalho precário. Em apenas um ano em funções, o Governo aumentou a precariedade em 10%. “O número de funcionários na Administração Pública aumentou cerca de 6 mil, o número de precários aumentou ainda mais, 7 mil”, explicou o deputado António Leitão Amaro.

“É, sobretudo, importante não governar ao contrário”, afirmou o deputado, criticando outra iniciativa que o Partido Socialista levou esta semana ao Parlamento: a vinculação extraordinária de mais de três mil professores com contrato a termo. O Governo corre atrás dos problemas que criou, desde a reposição das 35 horas. Mas, conforme o PSD tem defendido, o Executivo de António Costa e Mário Centeno devia estar a promover o crescimento da economia. Só uma economia mais dinâmica poderá gerar mais postos de trabalho. E, para o PSD, todos os portugueses têm direito ao trabalho e, tão importante quanto isso, a mais e melhor emprego.

Já em novembro, referindo-se à integração dos precários, o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, alertou para a escolha errada do Governo. “Aqui há muitos anos houve um governo do PS que disse uma coisa simpática: há muitos precários no Estado, é preciso passar essas pessoas para o Estado e foram quase 100 mil. Depois veio a troika e tivemos de pôr fora 80 mil”, lembrou o líder social-democrata.

Governo não cumpre regra “dois por um” prometida a Bruxelas

António Leitão Amaro questiona ainda a forma como o Executivo pretende integrar os trabalhadores precários no Estado. “Vai respeitar regras de transparência, de igualdade, de não discriminação?”, perguntou o social-democrata. Mais, será sustentável? O que dizem as previsões do ministro das Finanças?

O atual Governo tem, em boa verdade, ainda muito para explicar. “Como é que isto casa com um compromisso que o Governo assumiu com a União Europeia de emagrecimento do número de funcionários na Administração Pública?”, questionou António Leitão Amaro. Se o Programa de Estabilidade do atual Executivo indica que “por cada dois que saem só entra um”, “ou isto não vai ser cumprido ou vai ser cumprido à conta de um envelhecimento ainda maior da Administração Pública”, comentou António Leitão Amaro.

Para o deputado do PSD, “o que o Governo poderia estar a fazer era olhar para a razão essencial para existir este nível de precariedade”. Assiste-se, então, a uma dificuldade do Executivo em solucionar a questão da precariedade, situação agravada pelo esforço que está a exigir aos portugueses. O Governo socialista “chega a funções, aumenta e engrossa a máquina do Estado, os cidadãos pagam”, criticou o deputado, reforçando que “isto significa esforço dos portugueses em impostos”.

O PSD é opõe-se ao trabalho precário no Estado

“Devemos ter uma legislação que não precisa de precários, porque tem um regime muito mais equilibrado”, afirmou o social-democrata, acrescentando que “é pena é que este Governo se esteja a desviar disso”, comentou.

Para combater o trabalho precário, é imprescindível criar riqueza, pois só assim será possível criar mais e melhor emprego.

Nesse sentido, o anterior Governo introduziu um conjunto de reformas que possibilitaram a emergência de um mercado de trabalho pródigo na criação de emprego e recetivo à inovação, ao investimento e ao empreendedorismo.

Só um mercado de trabalho profícuo poderá contribuir para melhores condições de vida. Foi por isso que a coligação PSD/CDS propôs, nas últimas eleições legislativas, um conjunto de medidas com vista à criação de postos de trabalho sustentáveis e à diminuição da segmentação e da precariedade, entre as quais estavam: o aumento do Salário Mínimo Nacional a par do crescimento da competitividade da economia, como constava do acordo celebrado em sede de concertação social. De recordar que o PSD liderou o governo que aumentou o salário mínimo assim que Portugal fechou o programa de ajustamento e depois de o último governo socialista o ter congelado, em 2010; “desenvolver mecanismos de agilização do mercado de emprego, facilitando o encontro entre empregadores e candidatos a emprego, designadamente, no acesso a dados públicos dos candidatos a emprego”; “continuar a dinamizar a contratação coletiva e a negociação entre representantes de empregadores e trabalhadores, enquanto instrumentos de regulação das condições de trabalho”; “aprofundar o diálogo social nas empresas, através de disposições legais para a discriminação positiva em áreas como, por exemplo, a Segurança e Saúde no Trabalho”; e “desenvolver uma política nacional integrada de condições de trabalho, com vista a promover uma ligação efetiva entre a competitividade das empresas e as condições de trabalho”.

18.º Congresso em Madrid

Partido Popular está “motivado para dar esperança” aos espanhóis



O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, afirmou que o PSD observou um PP “mobilizado e motivado para governar e dar uma nova esperança aos espanhóis”, durante o 18.º Congresso do PP, em Madrid. “O PSD é um partido que faz parte do Partido Popular Europeu, tal como o PP (de Espanha) e estamos presentes em diversos eventos mútuos, fazemos muitas atividades em conjunto. Não podíamos deixar de estar presentes neste momento importante da vida do PP. As expectativas boas. Vimos um partido mobilizado e motivado para governar e dar uma nova esperança aos espanhóis”, referiu o também deputado social-democrata.

José Matos Rosa, referindo-se aos diversos encontros bilaterais que a comitiva do PSD efetuou em Madrid, destacou o facto de os homólogos espanhóis colocarem sempre “a questão de, tendo o PSD ganho as eleições, como não está a governar em Portugal”, algo que, disse, “faz-lhes muita confusão”.

“Aqui em Espanha, os adversários também esticaram a corda ao máximo, mas o PP, da nossa família política, voltou a ganhar as eleições e estão a governar legitimamente”, afirmou, embora reconhecendo que o PS também goza de legitimidade político-constitucional para liderar o elenco governativo em Portugal.

Além de Matos Rosa, também a vice-presidente Teresa Leal Coelho e o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Miguel Morgado deslocaram-se, sábado, a Madrid, para participar no Congresso do PP.

Lei da Nacionalidade

“Eliminar obstáculos burocráticos”

A Lei da Nacionalidade esteve em debate na quinta-feira, 2 de fevereiro, com o PSD a propor alterações para “eliminar obstáculos burocráticos” e “discricionariedade nos processos”. O projeto de lei social-democrata pretende “eliminar os obstáculos burocráticos inúteis, os incidentes dilatatórios, a discricionariedade na condução dos processos, bem como custos de natureza emocional, material e de decomposição familiar que o atual regime potencia nos processos de aquisição da nacionalidade por aqueles que optaram por constituir família com cidadãos portugueses”.

A proposta do PSD prevê que, para aquisição de nacionalidade por um cônjuge casado com um cidadão português, baste o casamento ou união de facto há, pelo menos, seis anos, deixando de ser necessário, como atualmente, que o interessado constitua advogado e que o processo passe pelo Ministério Público.

No caso de netos, o PSD propõe que seja eliminada da lei a expressão “possuírem efetiva ligação à comunidade”, porque a “efetiva ligação à comunidade decorre da efetiva descendência em segundo grau na linha reta”.

Além disso, o PSD pede a eliminação da menção “plena” na expressão “adoção plena”, porque a “adoção em Portugal reveste hoje uma única modalidade”.

No passado dia 19 de janeiro, numa audiência na comissão parlamentar de Negócios Estrangeiros, o deputado do PSD e antigo secretário de Estado das Comunidades Portuguesas José Cesário convidou o Governo a juntar-se à bancada social-democrata para se “encontrar soluções concretas que permitam resolver imensos dramas, imensos problemas que há por esse mundo fora neste domínio, em matéria de aquisição de nacionalidade”.

Em 29 de maio de 2015, parlamento aprovou, em votação final global, um diplo-



ma que passa a estender a possibilidade de aquisição da nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro.

A proposta do PSD vai agora ser discutida em sede de especialidade, tendo baixado à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garanti

Setor do leite

PSD desafia ministro da Agricultura a ir além da rotulagem



“O PSD tinha razão desde sempre no setor do leite”, defendeu António Ventura, referindo-se à defesa do sistema de quotas leiteiras e quando, há um ano, o Partido Social Democrata defendeu a obrigatoriedade da rotulagem do leite, em Portugal.

O PSD foi pioneiro ao propor esta obrigatoriedade que o Governo vem, agora, reconhecer como positiva.

O social-democrata António Ventura confrontou o Executivo, durante a audição do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural na Comissão de Agricultura e do Mar, com a falta de estratégia no que diz respeito à ciência e inovação dedicada ao setor agrícola, em especial ao leite, como forma crucial de tornar o produto nacional diferenciador no mercado.

O deputado desafiou Capoulas Santos a apoiar a recente iniciativa do PSD que recomenda, precisamente, a adoção de uma Estratégia para a Investigação e Inovação para o setor agroalimentar: “agora é preciso ir mais longe, não é só ter rotulagem”.

A falta de investimento no setor agrícola foi, ainda, denunciada pelo deputado Nuno Serra. Perante os dados da execução do PDR 2020, o deputado social-democrata lamentou a falta de execução deste programa nas principais medidas de apoio ao investimento, entre as quais o apoio aos jovens agricultores.

O PSD acusa o Governo de não ter continuado a política do anterior executivo de criar condições ao investimento e ao crescimento do setor agroalimentar.

Ministro está a “incendiar a floresta em pleno inverno”

O PSD acusou dia 7 de fevereiro, durante a audição de Capoulas Santos na Comissão de Agricultura e do Mar, o ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, de estar a “incendiar a floresta em pleno inverno” com a proposta da Reforma da Floresta apresentada pelo executivo socialista e cujo prazo para a consulta pública terminou agora.

Trata-se de um conjunto desconexo de alterações a diplomas, que tornam os instrumentos legais da floresta mais confusos e complexos, assim a considera o deputado social-democrata Maurício Marques. Segundo afirma, não se pode falar de uma verdadeira reforma, mas apenas de uma operação de propaganda presa ao acordo político com a geringonça. Maurício Marques confrontou o ministro Capoulas dos Santos com a falta de consenso que as alterações estão a provocar entre os seus parceiros políticos e entre as diferentes fileiras de produção florestal.

O deputado eleito por Coimbra registou “com agrado” o apoio concedido à produção por parte do Ministério da Economia. “Tenho pena é que não seja tão acarinhada pelo seu ministério”, destacou o social-democrata que comentou, ainda, o facto de os baldios não estarem a ser “devidamente tratados na Reforma Florestal”.

Luís Montenegro no debate quinzenal

“A escola Sócrates voltou”

“É o regresso dos programinhas, dos PowerPoint, das fantasias”, afirmou o líder parlamentar do PSD, comentando a intervenção inicial do primeiro-ministro, no debate quinzenal de 8 de fevereiro.

Luís Montenegro acusa o primeiro-ministro de voltar a anunciar pela terceira vez “os mesmos programas” e “as mesmas medidas”, e de ao fazê-lo, estar “no fundo a confessar que perdemos um ano” e a admitir que “ainda não estão concretizadas. Perdemos um ano e estamos exatamente como estávamos há um ano”.

Perante os anúncios do primeiro-ministro, o líder da bancada parlamentar do PSD recordou a herança do Governo de José Sócrates: “A escola Sócrates voltou”.

Luís Montenegro apostou em dois temas: abandono escolar e dívida.

De facto, subiu para 14% a taxa de abandono precoce de educação e formação em 2016. Em apenas um ano de governação de António Costa, mais alunos abandonaram o sistema de ensino.

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram que foi interrompida a descida continuada do abandono escolar precoce, numa tendência que se verificava desde 2006. É a primeira vez, em 11 anos, que o abandono escolar aumenta, depois de ter passado de perto de 35%, em 2008, para 13,7%, em 2015.

A tendência de descida consolidou-se com o anterior Governo que herdou uma taxa de abandono escolar de cerca de 23%, em 2011, e que a reduziu significativamente para 13,7%.

Durante o debate quinzenal, Luís Montenegro confrontou o primeiro-ministro com os motivos do aumento do abandono escolar precoce, mas António Costa não apresentou justificações. Para o PSD, a estatística resulta das políticas do atual Governo para a educação que estão focadas num desinvestimento no ensino profissional, nas reversões das reformas feitas e no desnorte das políticas da atual tutela e da maioria parlamentar radical.

António Costa não conseguiu explicar os motivos que fizeram com que o abandono escolar tenha crescido no primeiro ano do seu mandato. O primeiro-ministro chegou mesmo a associar esta subida à entrada dos jovens no mercado de trabalho.

Luís Montenegro apontou a incoerência do primeiro-ministro: “O que disse foi que o desemprego juvenil aumenta se os jovens forem estudar. É esta a sua tese, que o desemprego juvenil baixou e o abandono escolar aumentou.” “Tem de falar com o Ministério da Educação e perceber o que está a fazer.”

O líder parlamentar do PSD lembrou, ainda, a qualificação dos portugueses, pilar do Programa Nacional de Reformas, que António Costa levou novamente como tema ao plenário. “A conversa é sempre a mesma e sempre nos mesmos termos”, apesar de não estarem concretizadas quaisquer reformas, acusou. Luís Montenegro recordou que, já na sua mensagem de Natal, o primeiro-ministro tinha defendido que o maior défice da sociedade portuguesa era o do conhecimento. Mas, passado mais de um mês, o chefe do Governo insiste num tema a que não dá seguimento.

Depois da melhoria substancial na taxa de abandono precoce de 23,0% em 2011 para 13,7% em 2015, que tornava a meta comunitária de 10% em 2020 perfeitamente realizável, o governo de António Costa coloca em risco esse objetivo nacional. Bastou um ano de Governo para que se invertesse a melhoria continuada e acentuada num dos principais indicadores internacionais da qualificação.

É uma má notícia para o sistema educativo nacional; uma má notícia para o país e um sinal visível dos resulta-



dos da inversão nas políticas de educação que melhoraram todos os indicadores qualitativos da educação a que o ministro Tiago Brandão Rodrigues sujeitou, e sujeita, escolas e comunidades educativas.

Portugal está a substituir dívida antiga por dívida nova mais cara

Já sobre a dívida, Montenegro nota que, em comparação com as emissões de dívida há 7 anos, Portugal está a “substituir dívida antiga por nova, sendo que a nova é mais cara do que a que estamos a substituir. Isto quer dizer que a trajetória que vínhamos percorrendo de redução de taxas de juro se inverteu”.

Antes de terminar a sua primeira intervenção, o social-democrata ainda questionou Costa se não está “preocupado” pelas “dificuldades para financiamento do Estado” que diz estarem a ser provocadas pela política económica do Governo.

“A gestão da dívida do seu Governo é um desastre e

tem de acordar para este problema porque isto lhe vai rebentar nas mãos”, atirou Montenegro.

Luís Montenegro desafiou: o primeiro-ministro sabia ou não do acordo entre Mário Centeno e António Domingues?

Para o deputado social-democrata, as “notícias que vieram a público demonstram que o ministro das Finanças mentiu sobre o processo”. O líder da bancada parlamentar do PSD recordou uma intervenção de Costa, em pleno quinzenal, onde o primeiro-ministro considerou a demissão de António Domingues estranha”. Então, atirou Montenegro, o primeiro-ministro “não estranha que o ministro das Finanças tenha ocultado a correspondência com a administração da Caixa? Ou o sr. primeiro-ministro sabia?”, atirou.

“Não somos nós que não queremos apurar a verdade sobre o sistema financeiro. Não somos nós quem está a distrair com um pacote legislativo sobre a banca”, acusou Luís Montenegro, pedindo uma “explicação cabal” do líder do Governo.



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

povo livre

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1055 • 7 FEVEREIRO 1996 • PREÇO 100\$00

PSD faz balanço da governação socialista

100 dias de decepção

- *Decepção pelo que se fez mas sobretudo pelo que não se fez e deveria ter sido feito*
- *Despesismo inútil e sobrecarga do erário público em mais de 100 milhões de contos sem qualquer contrapartida socialmente útil*
- *Pela primeira vez em 10 anos o Orçamento de Estado não é apresentado a tempo*
- *O investimento para e o crescimento económico corrige-se em baixa*
- *Cedência ao clientelismo* 3

Deputados social democratas querem debate urgente

Estradas fundamentais para o País riscadas e abandonadas pelo PS

O PSD propôs a realização de um «debate de urgência» na Assembleia da República sobre a decisão do Governo de «reduzir drasticamente» o investimento nas vias de comunicação.

Em conferência de imprensa, o vice-presidente da bancada do PSD **Guilherme Silva** considerou que o governo está a agir de forma «absolutamente irresponsável para as populações e para o País», ao abandonar muitos dos projectos de investimento em vias de comunicação já aprovados.

«Os portugueses e o País não podem pactuar com autênticos atentados ao desenvolvimento do País e ao progresso e bem-estar das populações», sublinhou o deputado social-democrata, justificando, assim, a realização de um «debate de urgência» sobre esta matéria antes da discussão do Orçamento de Estado de 1996.

Guilherme Silva salientou que «vias de comunicação fundamentais para o País, já projectadas e aprovadas, foram pura e simplesmente riscadas e abandonadas», citando o caso da duplicação do IP5 entre Aveiro e Vilar Formoso e o prolongamento da auto-estrada de Guimarães.

O Vice-presidente da bancada do PSD recordou que a conclusão do Plano Rodoviário Nacional, prevista para 1999, foi adiada para 2004 e citou outros casos de projectos abandonados pelo actual Governo, como o da auto-estrada para o Algarve.

«O interior do País fica, mais uma vez, esquecido e as desigualdades regionais agravadas. Esta situação é um verdadeiro escândalo», acentuou Guilherme Silva.

O deputado social-democrata afirmou que as populações vão agora perceber que, «para o Governo socialista, igualdade

de oportunidades, progresso e desenvolvimento são palavras bonitas na retórica do discurso e nas terríveis ilusões no seu dia a dia, cada vez mais difícil.

«Para os socialistas os empregos criam-se com discursos, o investimento alimenta-se do diálogo e as empresas de obras públicas vivem de estudos e teorias», acusou.

Guilherme Silva considerou a situação «absolutamente inaceitável», argumentando que «para alguns há dinheiro para abolir portagens das estradas que já têm e para outros não há dinheiro para construir vias de comunicação que ainda não têm».

O deputado do PSD lembrou que o ministro do sector até agora nada disse e o secretário de Estado «limita-se a dizer que tem muita pena, insensível ao que já é o sentir das populações».

A educação e o efeito Penélope

David Justino (*)



Penélope não terá ficado para a história da mitologia grega pela fidelidade e amor dedicado a seu marido, Ulisses, mas antes pelo estratagema que encontrou de forma a adiar o mais possível um novo casamento pedido por seu pai face aos muitos anos de espera pelo regresso de Ulisses da Guerra de Tróia. Face aos inúmeros pretendentes, Penélope colocou a seu pai a condição de só casar quando terminasse de tecer um sudário que prometera a Laerte, pai de Ulisses. Mantendo a secreta esperança no regresso do herói, durante o dia e perante o olhar de todos, Penélope tecia o sudário, mas à noite desmanchava-o quase por completo para voltar a tecer no dia seguinte.

A analogia com as políticas de educação só é válida pela tendência irresistível dos decisores políticos alternarem o “tecer” das políticas com o seu “desmanchar” sucessivo. Tudo para que no dia seguinte se volte a tecer com o mesmo linho e a mesma tessitura a que atribuem, por regra, um nome diferente sob o qualificativo de “política inovadora”.

Há um princípio em política de que não me afasto: se algo está mal, a primeira preocupação deverá ser a de corrigir e melhorar, só em último recurso, se deverá mudar, principalmente quando essa mudança implica começar tudo do princípio e com custos políticos, sociais e financeiros geralmente elevados.

O segundo princípio cada vez mais decisivo em políticas públicas: não basta gritar que está mal, há que demonstrar através de uma análise rigorosa e sistemática do problema em que é que está mal e como pode ser melhorado, ou mesmo mudado se para tal não encontrarmos remédio adequado.

O terceiro princípio prende-se com a necessidade de não transformar uma boa intenção, mesmo que devidamente fundamentada, numa má política em que ninguém se revê. Ou seja, se o “remédio” não for entendido e aceite pelo “doente” e pela sua “família” é provável que não produza efeito porque este começa a rejeitá-lo, acabando por mudar de “médico” nem que seja para cair nas mãos de um “curandeiro”. Cada vez mais as políticas públicas precisam de assentar no compromisso daqueles de quem está dependente o seu sucesso.

Nos últimos vinte anos as políticas educativas têm vagueado entre o “fazer” e o seu “desfazer”, mas reconheça-se que em muitos domínios estruturantes do sistema de ensino a alternância partidária nem sempre se traduziu na ruptura dessas políticas. Mais grave é a presente febre da reversão irrefletida de tudo o que foi “tecido” durante o dia e que teve oportunidade de contribuir para um progresso indelével do sistema de ensino nessas duas décadas. Os resultados desse progresso são atestados e reconhecidos internacionalmente e, de alguma forma, Portugal deixa a pouco e pouco de ser conhecido pelas baixas taxas de escolarização, pelo elevado abandono escolar, pelas baixas qualificações da população, pelos modestos resultados dos alunos portugueses nos testes internacionais, entre tantos outros indicadores.

Eu espero que a febre da reversão não atinja esses progressos e quando aliviada a inflamação possa retomar a tecelagem do sudário sem risco de ter de o desfazer pela calada da noite. Não vale a pena esperar por Ulisses, ele só regressa na mitologia grega.

(*) **Presidente do Conselho Nacional de Educação**

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALBUFEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Albufeira, para reunir, no próximo dia 23 de Fevereiro de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Edifício Palmeira, Lote 1 1K, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Aprovação das contas - exercício de 2016
- 2 - Assuntos de interesse geral

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Faro, para reunir, no próximo dia 22 de Fevereiro de 2017 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Aprovação de contas de 2016 e orçamento de 2017

FRONTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Fronteira, para reunir, no próximo dia 23 de Fevereiro de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, no salão da Junta de Freguesia de Fronteira, sita na Rua Frei Manuel Cardoso, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único.- Dar parecer, de acordo com o artº 53º n.º 2 al. f) dos Estatutos do PSD, sobre proposta da Comissão Política de Fronteira relativa à candidatura à Câmara Municipal de Fronteira nas eleições Autárquicas de 2017

GOIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Góis, para reunir, em sessão ordinária no próximo dia 04 de Março de 2017 (sábado), pelas 17h30, na sede, sita na Rua Irmãos Bandeira, n.º 4, - Góis, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1.- Autárquicas 2017
- 2.- Análise da situação política
- 3.- Outros assuntos

MONCHIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Montalegre, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 25 de Fevereiro de 2017 (sábado), pelas 15h30, na sede, sita na Rua Dr. Francisco Gomes Avelar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1.- Análise e aprovação das contas do exercício de 2016
- 2.- Autárquicas 2017
- 3.- Outros assuntos de interesse concelhio

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portalegre, para reunir, no próximo dia 22 de Fevereiro de 2017 (quarta-feira), pelas

20h30, na sede distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1.- Eleições autárquicas 2017
- 2.- Análise da situação política
- 3.- Outros assuntos

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Porto de Mós, para reunir, em sessão ordinária no próximo dia 24 de Fevereiro 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Padre Manuel Espírito Santo n.º 2, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1.- Informação sobre política nacional e concelhia
 - 2 - Eleições Autárquicas 2017
- Emissão de parecer sobre o candidato à Câmara Municipal de Porto de Mós, proposto pela Comissão Política de Secção, nos termos do artigo 53º alínea f) dos Estatutos
- 3.- Outros assuntos

RIO TINTO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Núcleo de Rio Tinto para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 09 de Março de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede de secção de Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apresentação de trabalho realizado pela Comissão política.
- 2 - Análise a situação política.
- 3 - Outros assuntos

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 23 de Fevereiro de 2017, (quinta-feira), pelas 21h00, na sede da secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23, 1.º Esq., - Setúbal, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Apreciação e votação das contas do ano de 2016
- 3 - Apresentação e discussão da proposta de redução do IMI e do IMI familiar
- 4 - Análise da situação político-partidária.



II CONSELHO NACIONAL DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoco o I Conselho Nacional Ordinário a realizar no dia 4 de Março de 2017, (sábado) pelas 14h30m, na Sede Distrital da JSD de Viana do Castelo, sita na Praça da Galiza, n.º 36, e Viana do Castelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Apresentação, Discussão e votação do Relatório e Contas referente ao exercício de 2016;
- 3 - Apresentação, Discussão e votação do Orçamento para o exercício de 2017;
- 4 - Análise da situação política;
- 5 - Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL COIMBRA

A pedido da Comissão Política Distrital, a Mesa do Conselho Distrital, ao abrigo do Estatutos da JSD e demais regulamentação aplicável, convoca os concelheiros distritais da JSD/Coimbra para o Conselho

Distrital Ordinário a realizar dia 25 de fevereiro de 2017, pelas 18:00, na sede do PSD de Soure, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Aprovação da Ata do último Conselho Distrital;
- 2 - Apreciar e discutir as Autárquicas 2017;
- 3 - Outros Assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA A.O.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoco o V Conselho Distrital Ordinário do mandato 2016-2018 para reunir no próximo dia 18 de Março de 2017 (sábado), pelas 15 horas, na sede concelhia da JSD de Arruda dos Vinhos, sita Avenida Timor Lorosae, n.º14, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura, discussão e votação da ata do IV Conselho Distrital Ordinário;
2. Apresentação do programa do Diretor do Gabinete de Estudos Distrital;
3. Apresentação do programa do Coordenador Distrital para a Formação;
4. Apresentação do programa do Diretor de Informação Distrital;
5. Apresentação do programa do Coordenador Distrital para o Ensino Superior;
6. Emissão de parecer não vinculativo sobre os candidatos das secções da JSD da Área Oeste aos Órgãos Autárquicos nas Eleições Autárquicas de 2017;
7. V Painel Temático: Apresentação do documento final e das principais conclusões.

BOTICAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos Eleitorais da JSD, convoca-se o Plenário da Concelhia de Boticas, para reunir no próximo dia 18 de Março de 2017, (Sábado), pelas 18 horas, na Sede do PSD/Boticas, sita na Av. de Sangunhedo, n.º 33, na Vila de Boticas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa do Plenário Concelhio.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem a substitua até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na morada supra citada.

O acto eleitoral decorrerá entre as 18h00 e as 20 horas.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção de Braga, para reunir no dia 24 de Fevereiro de 2017, pelas 21h30, na sede concelhia do PSD, sito no Largo da Senhora - a - Branca, 116 em Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto 1: Informações;
- Ponto 2: Análise da situação Política Local;
- Ponto 3: Análise da situação Política Nacional.

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário de Concelhia da JSD de Faro, para reunir no Próximo dia 19 de Março de 2017 (Domingo), pelas 21h30, na Sede do PSD/Algarve, sita na Rua Frei André Alvares, n.º 56, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD/Faro.

Notas:

As urnas estarão abertas das 21h30 às 23h30m.

As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente a substitua, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentos da JSD.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da Concelhia da Maia para reunir no próximo dia 24 de Fe-

vereiro de 2017, às 21h30m, na Sede do PSD Maia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 987, 4470-382 Maia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação Política;
- 2 – Outros assuntos.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os militantes da concelhia de Oliveira do Bairro para reunirem no dia 25 de Março de 2017, pelas 15 horas, na Sede do PSD de Oliveira do Bairro, sita na Rua do Foral n.º 168 1ºB, 3770-215, na freguesia de Oliveira do Bairro, concelho de Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos Delegados ao IV Congresso Distrital da JSD de Aveiro de 7 de Maio de 2017

Notas:

As listas devem ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia da JSD de Oliveira do Bairro, ou ao seu substituto legal, até às 23h59m do terceiro dia anterior à eleição.

As urnas estarão abertas num período de 2 horas (das 15 horas às 17 horas).

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Ordinário de militantes da JSD da Secção de Santa Maria da Feira, a reunir no dia 25 de Fevereiro de 2017, pelas 15 horas, na Casa da Cultura de Gião, sita na freguesia de Gião, concelho de Santa Maria da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise política local;
- 2 – Balanço e informações do mandato;
- 3 – Outros assuntos.

CONGRESSO DISTRITAL DE AVEIRO

Nos termos dos Estatutos Nacionais e regulamento eleitoral da JSD, convocam-se os Plenários Concelhios da JSD Distrital de Aveiro para reunir nas datas, locais e horários indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO: – Eleição dos Delegados Distritais ao IV CONGRESSO DISTRITAL DA JSD AVEIRO

Nota: As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na referida sede, que para o efeito se encontrará aberta, ao respectivo Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o possa substituir, até às 23h59m do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

Concelhia	Dia	Hora	Morada
Águeda	25-mar-2017	15h-17h	Rua Joaquim Francisco Oliveira, 13, 3750 Águeda
Albergaria-a-Velha	25-mar-2017	15h-17h	Rua Pe. Matos, Ed Amazonas, 4 r/c esq. 3850 Albergaria
Anadia	25-mar-2017	15h-17h	Al. Bombeiros Voluntários, 1º andar, bl. B
Arouca	25-mar-2017	15h-17h	Sede da FAJDA – Urb. São Pedro – 4540 Arouca
Aveiro	25-mar-2017	15h-17h	Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 177-1, 3800 Aveiro
Castelo de Paiva	25-mar-2017	15h-17h	Rua Dr. Ribeiro Chaves, 4550 Castelo de Paiva
Espinho	25-mar-2017	15h-17h	Rua 22, n.º 399A, 3500 Espinho
Estarreja	25-mar-2017	15h-17h	Rua Jornal de Estarreja, 109, 3860 Estarreja
Ílhavo	25-mar-2017	15h-17h	Av. 25 Abril, Ed Illiabum, 3830 Ílhavo
Mealhada	25-mar-2017	15h-17h	Av. 25 Abril, loja P, lote B, 3050 Mealhada
Murtosa	25-mar-2017	18h-20h	Praça Jaime Afreixo, n.º 6 A, 3870 Pardelhas - Murtosa
Oliveira de Azeméis	25-mar-2017	15h-17h	Rua Soares Basto, 150 A, 3720 Oliveira de Azeméis
Oliveira do Bairro	25-mar-2017	15h-17h	Rua do Foral, 168, 1º, 3770 Oliveira do Bairro
Ovar	25-mar-2017	15h-17h	Rua Ferreira de Castro, 84, 1º esq., 3880 Ovar
Santa Maria da Feira	25-mar-2017	15h-17h	Rua dos Descobrimientos, 18, 4520 Santa Maria da Feira
Vagos	25-mar-2017	15h-17h	Rua Cândido dos Reis, 440, r/c dto., Vagos
Vale de Cambra	25-mar-2017	15h-17h	Av. Camilo Tavares Matos, 1º, 3730 Vale de Cambra
São João da Madeira	25-mar-2017	15h-17h	Av. Renato Araújo, 182, loja CG, 1º A, 3700 S. J. Madeira
Sever do Vouga	25-mar-2017	15h-17h	Rua do Casal, 27, 1º dto., 3740 Sever do Vouga



REGULAMENTO IV CONGRESSO DISTRITAL DA JSD AVEIRO

CAPÍTULO 1 – DO PRESENTE REGULAMENTO

Artigo 1.º

(Objeto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do artigo 3.º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, disciplinando o funcionamento do IV Congresso Distrital da JSD Aveiro.

Artigo 2.º

(Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na respetiva circunscrição territorial.

CAPÍTULO 2 – DO CONGRESSO DISTRITAL E SEUS MEMBROS

Artigo 3.º

(Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

- a) A eleição dos órgãos Distritais - Mesa do Conselho Distrital e Comissão Política Distrital;
- b) A definição da política e linhas gerais de atuação dos órgãos Distritais, através da aprovação de uma moção de estratégia global e de moções setoriais

Artigo 4.º

(Composição e Direitos de Voto)

- 1 - Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto:
- o Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital, em exercício de funções;
 - os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na alínea b) do artigo 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, exercida mediante entrega da respetiva ata à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;
 - Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do artigo seguinte e em número de acordo com a seguinte tabela:
Até 1000 militantes – número fixo de 50 delegados;
Entre 1000 e 2500 militantes – número fixo de 80 delegados;
Entre 2500 e 5000 militantes – número fixo de 110 delegados;
Mais de 5000 militantes – número fixo de 140 delegados

- 2 – São ainda membros do Conselho Distrital, ainda que sem direito de voto:
- A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;
 - Os membros da Comissão Política Distrital, em exercício de funções;
 - Os membros do Conselho Distrital mencionados nas als. e), f), g), h), i), j), e k) do artigo 4º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.
- 3 – A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.
- 4 – Competirá à Mesa do Conselho Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

Artigo 5.º

(Eleição e Inscrição de Delegados)

- 1 - A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método D'Hondt após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia cujos órgãos se encontrem regularmente eleitos e em funções, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:
- As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Distrital e convocadas pelo seu Presidente, preferencialmente ouvindo para esse efeito as Mesas de Plenário Concelhio quanto ao local e horário;
 - Os actos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível, devendo ocorrer todos no mesmo dia;
 - Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.
 - Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.
 - As atas dos processos de eleição dos delegados nas respetivas concelhias, deverão ser remetidas à Mesa do Conselho Distrital, dentro do prazo estipulado no cronograma em anexo.
 - Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados ou não envie a ata de eleição, serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

Artigo 6.º

(Direitos dos Membros)

Constituem direitos dos Membros do Congresso Distrital:

- Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpelar os órgãos Distritais;
- Usar do direito de resposta, quando visados;
- Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em acta, exceptuando-se tal prerrogativa relativamente às abstenções.

Artigo 7.º

(Deveres dos Delegados)

Constituem deveres dos delegados:

- Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- Participar nas votações;
- Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
- Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;
- Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD.
- Abster-se do uso de expedientes dilatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

Artigo 8.º

(Participantes e Observadores)

- 1 – A Mesa do Conselho Distrital, a requerimento de uma CPC ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de Associações Académicas ou de Estudantes do Distrito.

- 2 - A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

- 3 – A Mesa do Conselho Distrital poderá, igualmente, admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

CAPÍTULO 3 – DOS TRABALHOS

Artigo 9.º

(Data e Hora)

O IV Congresso Distrital da JSD Aveiro, decorrerá no dia 7 de Maio de 2017, no Auditório da ACR Vale de Cambra, sito na Avenida do Caima, 70, com início às 10 horas da manhã.

Artigo 10.º

(Quórum)

1 - O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2 - A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

3 - Não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.

4 - Excetua-se do disposto no número anterior, a substituição de um delegado, por impedimento de participação no Congresso Distrital, pelo membro seguinte da lista, desde que comunicada à Mesa do Conselho Distrital até à abertura das urnas no Congresso Distrital.

Artigo 11.º

(Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o presente regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

Artigo 12.º

(Ordem de trabalhos)

1. O Congresso Distrital terá a seguinte ordem de trabalhos:
- Sessão de abertura e boas vindas;
 - Análise da situação política;
 - Apresentação e discussão das moções sectoriais;
 - Apresentação das moções de estratégia global e das candidaturas;
 - Eleição dos órgãos Distritais mandato 2017/2019 e dos militantes honorários (urnas abertas entre as 15 e as 17 horas);
 - Votação das moções setoriais;
 - Tomada de posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados;
 - Sessão de Encerramento
2. A ordem de trabalhos poderá ser alterada a qualquer momento, sob proposta da Mesa do Congresso Distrital, aprovada por maioria do Congresso Distrital.

Artigo 13.º

(Uso da Palavra)

A palavra será concedida aos delegados para os seguintes efeitos:

- Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
- Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
- Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
- Interpelar os órgãos Distritais, sem exceder os três minutos;
- Invocar o regulamento e interpelar a Mesa;
- Apresentar requerimentos, protestos, contra-protestos e formular votos;
- Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
- Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.
- A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objeto do pedido de uso da palavra.
- A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

Artigo 14.º

(Competências do Presidente da Mesa)

Compete ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua estatutariamente:

- Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respetivos trabalhos;
- Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Conselho Distrital;
- Conceder a palavra aos delegados ou participantes;
- Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- Colocar à imediata votação todos os requerimentos admitidos;
- Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
- Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

Artigo 15.º

(Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)

Compete aos Vice-Presidentes:

- a) Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
- b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
- c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

Artigo 16.º

(Competências dos Secretários da Mesa)

Compete aos Secretários:

- a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
- b) Organizar as inscrições dos membros que pretendam usar da palavra;
- c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
- d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- e) Exercer as funções de escrutinador;
- f) Elaborar as actas.

CAPÍTULO 4 - DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS

Artigo 17.º

(Moções de Estratégia Global)

1 - Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital – e apenas estes - devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representam, onde constem o seu programa político, linhas gerais de atuação, prioridades e princípios ou outros elementos que o subscritor entenda fazer constar.

2 - Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas moções.

3 - As moções de estratégia global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade.

4 - Considera-se aprovada a moção de estratégia global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

Artigo 18.º

(Moções Setoriais)

1 - As moções setoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Distrital, com exceção dos observadores.

2 - Se aprovadas, e não contendendo com a moção de estratégia global vencedora, as moções setoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

Artigo 19.º

(Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Setoriais)

Os subscritores de moções setoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artigo 20.º

(Candidaturas aos Órgãos Distritais)

Devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD.

CAPÍTULO 5 – DOS MILITANTES HONORÁRIOS

Artigo 21.º

(Militantes Regionais Honorários)

1. Podem ser atribuídas as distinções de Presidente Distrital Honorário e Militante Distrital Honorário, nos termos do número 7 do artigo 19.º dos Estatutos da JSD.

2. A distinção de Presidente Honorário Distrital pode ser atribuída a antigos Presidentes da CPD da JSD que se tenham notabilizado excecionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens portugueses, e pela promoção dos ideais da JSD.

3. A distinção de Militante Distrital Honorário pode ser atribuída a:

- a) Antigos militantes da JSD que no desempenho de funções em órgãos da JSD, tenham contribuído de forma excecional para a promoção do ideário da JSD junto da sociedade portuguesa.
- b) Personalidades que tenham contribuído para a preservação dos ideais democráticos e da JSD, e se tenham empenhado na defesa dos interesses da Juventude Portuguesa em estreita colaboração com a JSD.

4. A atribuição das distinções honorárias da JSD prevista nos números anteriores é feita em Congresso Distrital nos seguintes termos:

- a) As propostas de Presidente Distrital Honorário poderão ser subscritas pela Comissão Política Distrital, por um conjunto de pelo menos oito Comissões Políticas Concelhias, ou por um mínimo de 25% dos delegados ao Congresso Distrital.
- b) As propostas de Militantes Distritais Honorários poderão ser subscritas pela Comissão Política Distrital, por um conjunto de pelo menos quatro Comissões Políticas Concelhias, ou por um mínimo de 15% dos delegados ao Congresso Distrital.
- c) A aprovação das distinções honorárias carece do voto favorável de pelo menos 2/3 dos votos expressos, devendo corresponder a mais de metade de todos os

delegados com direito de voto no Congresso Distrital.

5. A perda de qualquer das distinções honorárias da JSD será deliberada em Congresso Distrital, por 2/3 dos delegados presentes, em caso de grave desconsideração pela Juventude Portuguesa, de afronta pública à JSD ou ao PSD, de desprestígio manifesto.

CAPÍTULO 6 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22.º

(Lacunas)

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artigo 23.º

(Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua aprovação.

Aprovado pelo Conselho Distrital, realizado em Lourosa, a 9 de Fevereiro de 2017.

CRONOGRAMA IV CONGRESSO DISTRIAL DA JSD AVEIRO

Conselho Regional da JSD Aveiro	9 de Fevereiro de 2017
Envio das convocatórias para a eleição de delegados ao IV Congresso Distrital da JSD Aveiro	13 de Fevereiro de 2017
Publicação no Povo Livre das convocatórias para a eleição de delegados e do Regulamento do IV Congresso Distrital da JSD Aveiro	15 de Fevereiro de 2017
Prazo para a CEI comunicar à Mesa do Conselho Distrital o número de militantes de cada concelhia	1 de Março de 2017
Prazo para a Mesa do Conselho Distrital enviar o rateio dos delegados	4 de Março de 2017
Eleição dos delegados	25 de Março de 2017
Prazo para envio das atas eleitorais	1 de Abril de 2017
Prazo para envio das moções setoriais e das propostas de militantes honorários	4 de Maio de 2017
Prazo para entrega das moções de estratégia global e das candidaturas aos Órgãos Distritais	4 de Maio de 2017
IV Congresso Distrital da JSD Aveiro	7 de Maio de 2017

Nota:

A consulta do presente cronograma não dispensa a leitura do regulamento do Congresso Distrital que, em caso de discordância nas datas, terá sempre prevalência.